

Da tradução como conceito a uma filosofia da tradução

[From translation as concept to a philosophy of translation]

<https://doi.org/10.11606/1982-8837e240024>

Roberto Kahlmeyer-Mertens¹

Resenha de: Saša Hrnjez. *Tradução como conceito: Universalidade, negatividade, tempo*. Trad. Íris Fátima da Silva Uribe; Luis Uribe Miranda. Jundiaí: Paco Editorial, 2023.

Ao falarmos de tradução, logo nos vem à memória aquela acusação de que o tradutor é “traidor”. Esse *locus communis*, repetido por quem deseja afetar opinião culta, hoje soa mais vulgaridade do que verve espirituosa. Isso porque é feita sem conhecimento do ofício do tradutor, julgando que as lacunas sempre presentes em qualquer tradução estão ali por imperícia ou por má-fé. Essa opinião diz mais da ignorância quanto ao fato de a confrontação com o elemento intraduzível, frequente na atividade do tradutor, dar mais testemunho da riqueza inexaurível do trato interpretativo com o texto, do que das misérias deste intérprete. Com o avanço dos estudos tradutológicos, cada vez mais se tem clareza quanto ao traduzir ser atividade interpretativa, de sorte que, sendo a apropriação do texto gesto da Filosofia e da Linguística, é possível sopesar o quanto o traduzir não seria a maneira mais radical de se chegar a compreender os sentidos e significações de um escrito. É face a uma tal premissa que essa resenha se dispõe a enfocar a obra que compreende a tradução como também conceito.

Tradução como conceito: Universalidade, negatividade, tempo é assinada por Saša Hrnjez, sérvio cuja atividade acadêmica de pesquisa processou-se em destacadas

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Rua Guaíra, 3141, Toledo, PR, 85903-220, Brasil. E-mail: kahlmeyermertens@gmail.com. ORCID: 0000-0002-8572-8302.



universidades europeias: Berlim, Heidelberg, Viena, Praga, entre outras. Com vivo interesse pela filosofia clássica alemã, pelos estudos sobre tradução e pela teoria crítica da Escola de Frankfurt, esse repertório comparece em seu livro. O projeto, como informa a “Nota introdutória” (p. 11-13),² originalmente começa por investigar aspectos filosóficos da tradução, apoiando-se no sistema especulativo do pensamento de Hegel. O objetivo foi conceituar o traduzir enquanto prática reflexiva e transformadora, por meio da aproximação das categorias hegelianas às posições teoréticas referentes a aspectos linguísticos e culturais da tradução.

Este registro, em caráter circunstancial, no entanto, fica menor se comparado ao aparato seguinte: “Um prólogo, à letra” (p. 15-34), longa introdução programática que não apenas dá ideia de com quais autores Hrnjez dialoga (Goethe, Hegel, Benjamin, Agamben e Pannwitz),³ quanto oferece um roteiro das seções e capítulos subsequentes. Daqui se vê que, consoante aos conceitos do subtítulo, na mesma ordem de disposição, o livro se divide em três: I) “A universalidade da tradução. Raízes históricas e perspectivas conceituais” (p. 37-99); II) “Tradução como negatividade e reflexão: da diferença à contradição” (p. 103-162) e; III) “O tempo maduro do estar atrasado. Sobre a temporalidade histórica da tradução” (p. 165-245). Mesmo por essa tabulação sumária, é possível ajuizar que esses momentos se sintetizam na ideia de que *a tradução é um conceito*, um designativo da mediação entre línguas constituídas em uma língua perfeita que, estabelecendo-se na tradução, resguardaria os sentidos e significações do texto, bem como sua temporalidade.

O referido prólogo começa com uma epígrafe de Goethe, justamente o trecho no qual Fausto tenta traduzir o Evangelho de João: “Geschrieben steht: ‘Im Anfang war das Wort!’”(p. 15). Esta não é só adorno, vem como provocação. Aquele intrépido personagem pretende traduzir a sentença segundo a qual *no início era a palavra*. Mas esta tradução não lhe era suficiente, não lhe parecia dizer o que estava em questão quando se trata de

² Considerando que a presente resenha ocupa-se de apenas um título, optamos, extraordinariamente, por referenciar somente a paginação do livro. Com isso, se evita a repetição desnecessária do sobrenome e da data, o que sobrecarregaria a diagramação do texto.

³ Obra de erudição, o livro de Saša Hrnjez é repleto de referências diretas e indiretas a autores da assim chamada Filosofia Clássica Alemã. Na impossibilidade de, no âmbito dessa recensão, indicar todas as fontes usadas pelo autor, limitamo-nos à paráfrase devendo o leitor interessado consultar a bibliografia do livro enfocado.

início; então, talvez fosse o *pensamento*, a *força*... não. É o *ato* que vai no início. Fausto tenta, intenta, faz o movimento contínuo de alcançar a justa palavra em torno do termo *lógos*. É verdade que Fausto segue uma maneira de traduzir que evoca a prática de Lutero e o quanto isso já constitui uma *finesse* em sua época, mas não é isso que está no foco de nosso autor. A exigência de chegar a falar propriamente de *lógos* é requisição de chegarmos à essência do próprio traduzir, do ato que a tradução opera. Fala, naturalmente, de sua prática, mas não apenas isso. É a fala que, enquanto tradução, é o próprio *lógos* (p. 17). O argumento aqui, reproduzido em seus traços-força, permite indicar que muito das posições do livro já se ensejem.

Na primeira parte do livro, referente à universalidade das línguas, o autor parece alinhar-se àquela tese de Bárbara Cassin segundo a qual é necessário que o *universal das línguas seja complicado, complexificado*. Com isso, quer-se indicar o quanto línguas, em sua discursividade, promovem ação universalizante, o que se dá quando traduções são realizadas. Implícita está a premissa de que a linguagem é possuidora da capacidade expressiva, ou seja, de ser fala de um mundo e de coisas em mútua referência; no entanto, isso apenas se daria face à consideração de que ela mesma só é linguagem perante a variedade das línguas, inclusive dos vínculos que essas possuem mutuamente. Essas posições são apresentadas desde o primeiro capítulo desta seção, intitulado: “1. A busca da língua perfeita e a rejeição da universalidade” (p. 39-43). Em decorrência do firmado, nosso autor pode sustentar a relação entre a linguagem e as línguas. Tal como se vê no capítulo seguinte, “2. As línguas em relação” (p. 39-42), o autor compreende essa ligação como resultante da dialética entre universalidade e particularidade, como se a linguagem apontasse para uma abrangência, ao passo que as línguas inspirariam atenção à parcialidade e à especificidade.

Nessa divisão, julgamos o terceiro capítulo digno de destaque; esse se anuncia como: “3. O modelo de tradução na Alemanha do romantismo: uma abordagem histórico-política” (p. 50-84). Aqui, o autor se empenha em mostrar o quanto a ideia de universalidade já estava ligada à prática da tradução; por isso, julga poder entrever algo assim, modernamente, num projeto filosófico que envolve dois proeminentes nomes daquela cena linguística e cultural: Wilhelm von Humboldt e Friedrich Schleiermacher. Segundo Hrnjez, o modelo de tradução estabelecido pelos autores mencionados se

apoiaria na interpretação romântica das línguas, turno que nutria a pretensão de alcançar uma língua universal (como Novalis idealizara). De acordo com Hrnjez,, Humboldt e Schleiermacher compreendem o traduzir como um ato formativo, com essa prática se forma uma comunidade linguística que dá voz a uma cultura alemã e, em sua esteira, a uma nação alemã. Desse modo, traduzir é colocar-se no processo de se tornar-outro (*Anderswerden*), uma vez que, ao recebermos o legado da cultura traduzida, incrementamos a formação na nossa própria. Portanto, tanto Humboldt quanto Schleiermacher reconhecem plenamente o potencial transformador da tradução e a sua relevância para a formação da língua nacional. Para esses autores: “[...] a tradução é mais do que uma simples transmissão, é um elemento crucial na estratégia política de estabelecer uma identidade linguística que está no cerne dessa forma moderna do Estado que conhecemos como nação” (p. 52).

Na citação supra, do texto resenhado, temos indicação do que o autor compreende como a dimensão *política* dessa formação, político é o que forma uma nação e seu povo. Sendo assim, o que desempenha o tradutor é a construção de uma compreensão de nação, para a qual a língua pátria se abriria ao outro, ao que é estrangeiro. Algo assim, como nos diz Hrnjez, já teria sido aventado cinquenta anos antes por Herder, que estimava que uma tal lida envolveria uma espécie de apropriação da alteridade, da obra estrangeira em todo o seu complexo de referências textuais e culturais estrangeiras, de tal modo que qualquer vestígio de estrangeiridade desaparecesse. Seria esforço, por exemplo, de fazer com que um Platão falasse em alemão, como na emblemática tradução dos *Diálogos*, feita por Schleiermacher, ou de fazer que um Homero, em tradução francesa, fosse “vencido”, e apropriado como um francês, como lembra Hrnjez aludindo Herder (p. 53).

A tematização do caráter formativo da tradução continua no tópico 3.1, intitulado: “Formação do Universal (*Bildung*)” (p. 60-76). Nesse ponto, o autor reforça o quanto a prática da tradução, no turno do Romantismo, agendava mesmo uma nação inteira que se sabia em formação; exatamente por isso, o conceito de *Bildung* entra em pauta com ênfase. *Formação*, no presente capítulo, é um dos elementos responsáveis por enfatizar o caráter de engendramento da universalidade linguística em foco na obra de Hrnjez. A consideração deste conceito permite ao autor depreender o quanto a prática da tradução reflete uma interação dialética entre o universal e o particular, avultando como traço

essencial da constituição de uma identidade coletiva. Até onde pudemos avaliar, é com competência que nosso autor se ocupa dessa temática, mostrando como ela, para Goethe, envolve uma “destinação alemã” (p. 63); para Schleiermacher, um cultivo, análogo ao que se teria com os solos de plantio (p. 67) e, contemporaneamente, para Gadamer, um conceito na base das humanidades, responsável por uma ascensão ou elevação ao universal (p. 73). Daqui, “4. Perspectivas da universalidade” (p. 85-102), é possível falar que a compreensão de que as línguas em si também possuiriam sua universalidade, traço reivindicador de sua própria articulação em face à especificidade e multiplicidade que lhes são peculiares.

Na segunda seção, é abordada a negatividade das línguas. Isso é apresentado desde o capítulo inicial, intitulado “O caráter negativo-referencial da língua” (p. 103-106); nesse, vigora a ideia, aqui reproduzida resumidamente, de que toda tradução traz em si a determinação de negado do que nela se afirma. Mas como essa premissa, bastante hegeliana, teria lugar aqui? Sustenta-se aqui e, principalmente no tópico “2. Tradução como negação reflexiva” (p. 107-115), que qualquer tradução, ao criar uma versão do original, opera uma negação deste em prol do novo; daí, nega-se o original em favor do outro. Adiante, no item “3. Tradução como negação reflexiva” (p. 107-115), fica, então, patente que o ato aqui é negação constituinte do novo. Nisso consiste a premissa central do capítulo “4. A negação que traduz o outro” (p. 116-133). Nesse, o autor se empenhará em apontar que na tradução todo o ato de traduzir é negação e que esta negação, como naquela epígrafe do *Fausto*, é permanente realização do caráter tradutivo. Em outras palavras: a tradução possui não apenas o caráter de evidenciação do diferente no traduzido, mas também seu traço contraditório.

Na terceira e última parte do livro, vemos tratada a temporalidade das traduções. No capítulo primeiro, “A tradução atrasada” (p. 165-184), temos o mote de uma reflexão sobre o significado temporal-histórico da tradução (na qual há a ênfase especial em um registro de andamento específico: o “tempo atrasado”). Nos capítulos subsequentes, “2. Pós-maturação” (p. 185-190), “3. Temporaneidade e temporalidade” (p. 191-195) e “4. O presente e o instante” (p. 196-199), vemos considerações sobre o desenvolvimento do sujeito moderno e de como ele se emancipa da absolutidade do *Verbum*, deslocando-se

desse ao ato, que, a partir de agora, melhor expressa sua situação de autonomia capaz de posicionar-se diante do sentido da tradução.

Na impossibilidade de acompanharmos diligentemente os circuitos temáticos e conceituais de todos esses capítulos em uma revisão como a presente, ao menos é justo considerar o conquistado pelo autor no tópico “5. *Nachträglichkeit*” (p. 200-211). Já que para este tópico convergem os repertórios dos anteriores e dele deriva a matéria a constar nos capítulos subsequentes.

O tópico inicia retomando a filosofia de Walter Benjamin. O que se logra desta é a prescrição de fundação de um conceito de tradução fundado na instância mais radical da teoria linguística, já que tal âmbito é importante demais para ser tratado como um domínio meramente epígono. Tal como nos mostra Hrnjez, Benjamin tem implícito um modelo de uma língua “tripartite”, ou seja: uma *língua de Deus*, uma *humana* e outra *própria e referente às coisas*. Enfocando o tema da tradução como conceito, interessaria ao jovem Benjamin ao menos as duas últimas, uma vez que qualquer fala das coisas é fala humana, de sorte que ao nomear coisas, o humano traduz o que nessas se expressa significativamente. No entanto, aqui se evidencia que isso não reduz a tradução a um ato secundário, afinal, pertence à linguisticidade da língua, já que cada língua já seria uma tradução. E, portanto, a tradução não pode ser tratada posteriormente.

No que se refere à posterioridade peculiar da linguagem da tradução, naquilo que implica o “*nach*” de seu tempo específico, considera-se que o atraso no tempo da tradução pode ser pensado em vários sentidos: provisoriedade, preliminariedade, posterioridade... Por isso, parte considerável desse tópico é consagrada a um exercício no qual o autor problematizará a tradução da palavra *Nachträglichkeit*, com uma preocupação filológica quanto ao seu sentido. Após passar pelo escrutínio da crítica, o resultante dessa exposição pode ser informado nas palavras do próprio autor, no seguinte trecho selecionado:

[...] no significado do *nach* está contida toda a complexidade da tradução e sua temporalidade: ela é dotada de um duplo olhar que a coloca ao mesmo tempo no “depois” e no “antes”, no movimento daquilo que atrasa e no movimento daquilo que espera, estando atrás e estando à frente. E assim, devemos também interpretar o no qual há uma direcionalidade dupla, um movimento regressivo e um movimento progressivo, do recuar e do avançar (p. 206, grifo original do autor).

Tal como depreendemos daqui, a mediação linguística, entrevista na *Nachträglichkeit* da tradução, resguarda também a sua dimensão de eco que, bem como o status do traduzido, será tratado em “6. O eco do eco” (p. 211-220) e em “7. Texto traduzido?” (p. 220-224). As ideias de “8. Filosofia como tradução em atraso” (p. 224-240), em tudo que desejam expressar sobre um *post-factum*, são ditas em termos até mais consolidados no tópico “9. É hora de fechar este prefácio” (p. 241-245).

Fazendo vez de “fecho” do livro, o leitor atento certamente reparará que o título é eloquente paráfrase a Hegel, que, nas páginas finais de sua *Filosofia do Direito* (1820), afirma que a fala prévia de um prefácio, por mais que anúncio, não deve se pôr no lugar do conteúdo da reflexão filosófica propriamente dita. No entanto, lembrado Hegel aqui, essa ideia, segundo Hrnjez, parece mais referente ao protagonismo que os ensaios de Benjamin desempenharam desde os capítulos anteriores, no tocante ao caráter de atraso da linguagem da tradução, já que suas reflexões filosóficas aparecem por detrás de suas traduções de Baudelaire (feitas entre 1915-1921) e dos ensejos promovidos por estas. A metáfora evocada é a de que, bem como a coruja de Minerva, a filosofia sempre chega após o consumado, frente ao acontecimento da língua e dimensão de sua tradução. Destarte, como no texto:

A tradução muda de rosto e continua a viver como uma filosofia. Assim como a noite em que a coruja de Minerva retira-se é continuação do dia, o silêncio sobre as traduções é a continuação de sua palavra, é um *continuum* do traduzir-se em outro nível. A reflexão teórica, novamente, chega atrasada, e interage com o que precede [...] contém, *in nuce* uma reflexão. De fato, é a própria linguagem que é dotada de um poder reflexivo. O que o atraso prepara é a tradução desse poder reflexivo em face de um saber filosófico (p. 243, grifo original do autor).

Ainda em uma última referência a Hegel, Hrnjez indica que o anúncio de um atraso da filosofia colocado em prólogo resultaria no surgimento de algo novo, segundo ele, uma nova configuração filosófica. Ora, com base no suprailustrado, é certo estarmos diante de um novo surgimento e se este não for chamado de *tradução como conceito*, julgamos poder nomeá-lo criticamente como uma *filosofia da tradução*.

Depois dessa concisa síntese sobre as posições e os conteúdos da obra, tentaremos uma última indicação para glosar eventuais “pontas soltas” de nossa resenha, esforço que corrobora os saldos do livro. De início, cabe indicar que universalidade, negatividade e

historicidade não são conceitos operativos na tentativa de indicar formalmente um conceito de tradução, mas elementos da filosofia que o autor pretende nomear *tradução como conceito*. Uma tal ideia seria interpretada, nos termos já circunstanciados, segundo dois modos de abordar o fenômeno da tradução: a *representação* e o processo *diferencial da língua*. No primeiro caso, representação seria o basear-se em um conjunto de pressupostos sempre atuantes em toda tradução; no outro caso, uma tal pressuposição não corresponde a um mundo linguístico fragmentário, em presumidas realidades linguísticas díspares, apenas conformadas quando o traduzir é efetuado. Um tal processo de diferenciação corresponde à tradução testemunhando o que há de vivo na própria língua. Depois, tendo tematizado a universalidade, a negatividade e a historicidade (em seu tempo atrasado) da tradução a correspondência e a transformação do *lógos*. Nosso autor pode agora apontar o quanto a tradução como conceito é única ao considerar o caráter interlinguístico da linguagem em toda tradução. Derivando considerações finais, temos que, pensada como ato, a tradução seria necessariamente estruturada como práxis, uma prática que determina historicamente o contexto em que mais propriamente é implementada.

A resenha não estaria completa sem uma menção à competente tradução assinada por Luis Uribe Miranda e Íris Fátima da Silva Uribe, de quem outros trabalhos podem ser também conferidos pela Paco Editorial. Tal editora, além do presente livro, vem publicando títulos de inegável interesse a áreas como a Filosofia e as Letras.

Recebido em 18 de abril de 2024

Aceito em 26 de maio de 2024

Editora: Magdalena Nowinska